

Demonstrações Financeiras

Borborema Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Borborema Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Borborema Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Borborema Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase sobre a reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, em decorrência da remensuração do ativo de contrato por conta da mudança da taxa de desconto aplicada e consequente mudança da taxa no ganho de eficiência da implementação da infraestrutura, o que é vedado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados para refletir os ajustes identificados, como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de junho de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O-4-T-SP

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2019	2018
			(reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	27.450	12.748
Prêmio de seguro	7	81.410	66.033
Tributos e contribuições a compensar		64.461	-
Adiantamentos a fornecedores e empregados		6.704	-
Total do ativo circulante		180.025	78.781
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Prêmio de seguro	7	244.230	264.130
Adiantamentos a fornecedores		69.524	-
Ativo de concessão	8	8.451.949	1.415.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	264.523	6.973
Total do ativo não circulante		9.030.226	1.686.504
Total do ativo		9.210.251	1.765.285

	Nota	2019	2018
			(reapresentado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	1.072.462	869.192
Tributos e contribuições sociais a recolher		15.170	68
Salários e encargos sociais	10	248.876	-
Total do passivo circulante		1.336.508	869.260
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	11	781.806	130.925
Total do passivo não circulante		781.806	130.925
Patrimônio líquido			
Capital social	12a	7.676.000	746.421
Reserva de lucros	12b	-	18.679
Prejuízos acumulados	12c	(584.063)	-
Total do patrimônio líquido		7.091.937	765.100
Total do passivo e patrimônio líquido		9.210.251	1.765.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2019	2018
			(reapresentado)
Receita operacional líquida	13	6.385.667	1.284.476
Custo de implementação de infraestrutura	14	(5.780.133)	(1.254.101)
Lucro bruto		605.534	30.375
Despesas operacionais Gerais e administrativas	15	(965.834)	(18.669)
(Prejuízo) lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos		(360.300)	11.706
Receitas financeiras		37	-
Despesas financeiras		(500.030)	-
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16	(499.993)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11b	257.551	6.973
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(602.742)	18.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		(reapresentado)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(602.742)	18.679
Total de resultados abrangentes	(602.742)	18.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Constituição da Sociedade em 24 de julho de 2018	1.000	(1.000)	-	-	-	-
Capital a integralizar	-	1.000	-	-	-	1.000
Aumento de capital conforme AGE de 29 de dezembro de 2018	746.000	(579)	-	-	-	745.421
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.679	18.679
Constituição da reserva legal	-	-	12.147	-	(12.147)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.532	(6.532)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	747.000	(579)	12.147	6.532	-	765.100
Aumento de capital conforme AGE de 29 de março de 2019	1.200.000	-	-	-	-	1.200.000
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2019	2.096.000	579	-	-	-	2.096.579
Aumento de capital conforme AGE de 30 de setembro de 2019	2.411.000	-	-	-	-	2.411.000
Aumento de capital conforme AGE de 15 de novembro de 2019	132.565.259	(132.565.259)	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 27 de dezembro de 2019	-	1.222.000	-	-	-	1.222.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(602.742)	(602.742)
Absorção de prejuízo	-	-	(12.147)	(6.532)	18.679	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	139.019.259	(131.343.259)	-	-	(584.063)	7.091.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		(reapresentado)
Atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(602.742)	18.679
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(257.550)	(6.973)
PIS e COFINS diferidos	650.881	130.925
Aumento (diminuição) nos ativos		
Ativo de concessão	(7.036.548)	(1.415.401)
Tributos e contribuições a compensar	(64.461)	-
Prêmio de seguro	4.523	(330.163)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(76.228)	-
Aumento (diminuição) nos passivos		
Fornecedores	203.270	869.192
Tributos e contribuições sociais a recolher	15.102	68
Salários e encargos sociais	248.876	-
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(6.914.877)	(733.673)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	6.929.579	746.421
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento	6.929.579	746.421
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14.702	12.748
Caixa e equivalentes de caixa em 1ª de janeiro	12.748	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	27.450	12.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Borborema Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Borborema”), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia encontra-se em fase de construção e tem previsão de entrada em operação comercial em 21 de março de 2023.

A Companhia tem sua sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar - sala 11, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”) e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

1.2. Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 002/2018. O contrato de concessão foi assinado em 21 de setembro de 2018, apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km;
- (ii) Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA;
- (iii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$ 25.700.000, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

A companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção e tem previsão de entrada em operação comercial em 21 de março de 2023.

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Bases de elaboração e apresentação--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2020.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 11)
- Contabilização de contratos de concessão

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 8)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 11,86% (NTN-B + IPCA + Prêmio). Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura (nota 13)

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação das receitas de operação e manutenção (nota13)

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

2.4. Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação

Essas DCRs, conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 31 de julho de 2020, data até a qual foi prorrogado o prazo para entrega dessas demonstrações.

2.5. Reapresentação das demonstrações financeiras

Os valores correspondentes do balanço patrimonial e demonstração do resultado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados nas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 e CPC 21 (R1), em decorrência de mudanças na adoção do CPC 47.

O ativo de contrato foi classificado dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia adotou o CPC 47 usando método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos desse CPC ao saldo de abertura do primeiro exercício comparativo apresentado.

Em 31 de março de 2019, a taxa de desconto aplicada foi revista devido à revisão do fluxo financeiro e planos da Administração de venda do projeto na fase operacional. Consequentemente, a taxa aplicada no ganho de eficiência da implementação da infraestrutura foi alterada de 8,15% para 11,86%, impactando, as receitas de construção e remuneração do ativo da concessão, bem como impostos incidentes. De acordo com o CPC 47, a entidade não deve atualizar a taxa de desconto para refletir alterações nas taxas de juros ou outras circunstâncias.

Adicionalmente a Companhia realizou um ajuste referente a imposto diferido, referente ao conceito fiscal de despesas pré-operacionais e sobre ativo contratual, apresentado líquido no montante de R\$ 6.973. O resumo dos impactos está detalhado abaixo:

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.5. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

	2018 Publicado	Impactos da alteração de premissas e política contábil	2018 (Reapresentado)
Balanco patrimonial			
Ativo			
Ativo de concessão	1.799.311	(383.910)	1.415.401
Impostos diferidos	-	6.973	6.973
Ativos não impactados	342.911	-	342.911
Total do ativo	2.142.222	(376.937)	1.765.285
Passivo			
Impostos diferidos	283.607	(152.682)	130.925
Passivos não impactados	869.260	-	869.260
Total do passivo	1.152.867	(152.682)	1.000.185
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros	242.934	(224.255)	18.679
Itens não impactados	746.421	-	746.421
Total do patrimônio líquido	989.355	(224.255)	765.100
Total do passivo e patrimônio líquido	2.142.222	(376.937)	1.765.285

	2018 Publicado	Impactos da alteração de premissas e política contábil	2018 (Reapresentado)
Demonstração do resultado			
Receita operacional líquida	1.632.875	(348.399)	1.284.476
Custo da operação	(1.254.101)	-	(1.254.101)
Despesas gerais e administrativas	(18.669)	-	(18.669)
IR e CS	(117.171)	124.144	6.973
Lucro líquido do exercício	242.934	(224.255)	18.679
Demonstração da mutação do patrimônio líquido			Total
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 (publicado)			989.355
Efeitos da reapresentação no lucro líquido do exercício			(224.255)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)			765.100

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.5. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

	2018 Publicado	Impactos da alteração de premissas e política contábil	2018 (Reapresentado)
Demonstração do fluxo de caixa			
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	242.934	(224.255)	18.679
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	117.171	(124.144)	(6.973)
PIS e COFINS diferidos	166.436	(35.511)	130.925
Aumento (diminuição) nos ativos e passivos operacionais			
Ativo de concessão	(1.799.311)	383.910	(1.415.401)
Itens não impactados	539.097	-	539.097
Fluxo caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(733.673)	-	(733.673)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento	746.421	-	746.421
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	12.748	-	12.748
Caixa e equivalentes de caixa em 1ª de janeiro	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	12.748	-	12.748

3. Principais práticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração--Continuação*

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos (nota 6 e 18.1).

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Ativo de concessão - contratual

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 8).

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação

b) Ativo de concessão - contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 8).

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.5. Passivos circulantes e não circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 11,86% (NTN-B + IPCA + prêmio) que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes.

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.12. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações emitidas, vigentes em 1º de janeiro de 2019

A Companhia adotou os novos pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2019, que são:

CPC nº 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A Companhia não possui nenhum contrato qualificado como arrendamento.

ICPC 22- Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

Essa interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Normas e interpretações emitidas, vigentes em 1º de janeiro de 2019-- Continuação

ICPC 22- Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda--Continuação

A Companhia analisou as incertezas relacionadas aos tratamentos fiscais na apuração dos tributos sobre o lucro, em conjunto com seus assessores legais internos e externos e não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir estes estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas, sofreu qualquer alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

5. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

- CPC 11 - Contratos de Seguros
- CPC 15 (R1) - Definições de negócios
- CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de omissão material

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos desses pronunciamentos, destacados acima.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos	<u>27.450</u>	12.748
	<u>27.450</u>	<u>12.748</u>

7. Prêmio de seguro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Prêmio de Seguro	<u>81.410</u>	66.033
	<u>81.410</u>	66.033
Não circulante		
Prêmio de Seguro	<u>244.230</u>	264.130
	<u>244.230</u>	264.130
Total	<u>325.640</u>	<u>330.163</u>

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Prêmio de seguro--Continuação

Os valores de prêmio de seguro apresentado, referem-se as garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços e equivalem a importância segurada no montante de R\$ 18.342.350,00, com vigência inicial em 13 de setembro de 2018 com fim da última vigência em 16 dezembro de 2023, com a seguradora Swiss RE, conforme (nota 17).

8. Ativo de concessão

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		(reapresentado)
Saldo inicial	1.415.401	-
Receita de implementação da infraestrutura	6.369.293	1.381.930
Margem de implementação da infraestrutura	113.044	8.626
Remuneração do ativo de concessão	554.211	24.845
	<u>8.451.949</u>	<u>1.415.401</u>

9. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores relacionados à implementação da infraestrutura	574.597	869.192
Retenções contratuais	89.756	-
Materiais e serviços não faturados	408.109	-
	<u>1.072.462</u>	<u>869.192</u>

10. Salários e encargos sociais a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Férias, 13º salário	83.389	-
Encargos sociais	96.624	-
Provisão de bônus	68.863	-
	<u>248.876</u>	<u>-</u>

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Tributos diferidos

a) Impostos diferidos

	2019	2018
		(reapresentado)
Imposto de renda diferido	194.502	5.127
Contribuição social diferida	70.021	1.846
Total dos impostos diferidos ativos	264.523	6.973
PIS diferido (i)	139.456	23.354
COFINS diferida (i)	642.350	107.571
Total dos impostos diferidos passivo	781.806	130.925

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido.

(i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019	2018
		(reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(860.293)	11.706
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	292.500	(3.980)
Diferenças permanentes	(34.949)	10.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	257.551	6.973
Alíquota efetiva	30%	(60%)

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais e no prazo mínimo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 29 de março de 2019 houve aumento de capital em R\$1.200.000, mediante a emissão de 1.200.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 30 de junho de 2019 houve aumento de capital em R\$2.096.579, mediante a emissão de 2.096.579 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 30 de setembro de 2019 houve aumento de capital em R\$2.411.000, mediante a emissão de 2.411.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 15 de novembro de 2019 houve aumento de capital em R\$132.565.259, com a subscrição particular de 132.565.259 novas ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00, cada, as quais serão integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2020.

Em 27 de dezembro de 2019 houve a integralização de capital em R\$1.222.000, da subscrição realizada em 15 de novembro de 2019, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$139.019.259, representado por 139.019.259 ações ordinárias nominativas, parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, no montante de R\$7.676.000, dividido em 7.676.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1 cada.

b) Reservas de lucro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		(reapresentado)
Saldo inicial	18.679	-
Reserva legal (i)	-	12.147
Reserva de retenção de lucros (ii)	-	6.532
Absorção do prejuízo (iii)	(18.679)	-
Total das reservas	-	18.679

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucro--Continuação

- (i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação.
- (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A Administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva.
- (iii) As reservas constituídas no exercício de 2018 foram absorvidas pelo prejuízo apresentado em 2019.

c) Prejuízos acumulados

A Companhia apresenta prejuízos acumulados após a absorção das reservas de lucros no montante de R\$ 584.063 em 31 de dezembro de 2019.

13. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		(reapresentado)
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura	6.369.293	1.381.930
Margem de implementação da infraestrutura	113.044	8.626
Remuneração do ativo de concessão	554.211	24.845
Total da receita bruta	7.036.548	1.415.401
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(105.093)	(22.802)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(9.144)	(410)
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(1.865)	(142)
COFINS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(484.066)	(105.026)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(42.120)	(1.888)
COFINS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(8.593)	(657)
	(650.881)	(130.925)
Receita operacional líquida	6.385.667	1.284.476

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Custo de implementação de infraestrutura

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	1.911.987	-
Serviços de terceiros	1.061.083	869.192
Gastos ambientais	765.099	384.909
Edificações	1.795.118	-
Outros	246.846	-
	<u>5.780.133</u>	<u>1.254.101</u>

15. Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	466.147	-
Serviços de terceiros	355.376	1.100
Tributos	31.624	250
Seguros	91.360	17.186
Outros	21.327	133
	<u>965.834</u>	<u>18.669</u>

As despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialmente a serviços de consultoria, folha de pagamento e amortização das despesas antecipadas de seguros.

16. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	37	-
	<u>37</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Tarifa de análise de projeto (a)	(500.000)	-
Juros	(30)	-
	<u>(500.030)</u>	<u>-</u>
	<u>499.993</u>	<u>-</u>

(a) Corresponde a pagamento de tarifa junto ao banco do Nordeste (BNB) referente ao serviço de análise de viabilidade do projeto, para o qual não existe expectativa de contratação

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Seguros

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública (nota 7).

18. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2019	2018
Bancos	2	27.450	12.748
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2019	2018
Fornecedores	2	1.072.462	869.192

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

20. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Riscos de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Borborema Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2019
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

21. Eventos subsequentes

a) Aumento de capital

Em 06 de março de 2020 houve a integralização de capital em R\$ 1.010.000, mediante a emissão de 1.010.000 ações ordinárias nominativas subscritas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

b) Impactos da COVID (Coronavírus) nos negócios da Companhia

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir:

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Atualmente, não há previsão de atraso nas construções que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do imposto de renda diferido.

Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e conseqüentemente resultar eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia.